Fundação Getulio Vargas 05/10/2006 Jornal do Brasil - RJ Tópico: Fundação Getulio Vargas - IBRE

Impacto: Positivo Editoria: Opinião

Cm/Col: 91 **Pg**: A 11

Segundo turno, oportunidade democrática



José Dirceu, ex-ministro Chefe da Casa Civil

DSTQQSS

SEMPRE FOMOS FAVORÁVEIS às eleições em dois turnos. Foi o PT o partido que mais batalhou para que essa inovação democrática fosse introduzida na vida política brasileira. Logo, não temos do que reclamar. O povo decidiu e quer Lula e Alckmin disputando o voto, com idéias e programas que permitam comparar as gestões do PT e do PSDB, bem como eventuais escândalos e denúncias dos dois lados.

Lula inicia a segunda rodada com ampla vantagem de 6,7 milhões de votos sobre Alckmin. Este, mesmo na hipótese improvável de herdar a maioria do eleitorado de Heloísa Helena e Cristovam, ainda teria uma desvantagem de 4,9 milhões de votos diante do presidente Lula.

O segundo turno nos Estados não prejudica Lula; ao contrário, ele terá apoio em todos. Vejamos: tem palanque e aliados no Maranhão, com Roseana Sarney; no Rio Grande do Norte, com Wilma Faria; na Paraíba, com Zé Maranhão; em Pernambuco, com Eduardo Campos: no Rio, com Sérgio Cabral; em Goiás, com Maguito Vilela; em Santa Catarina, com Esperidião Amin; no Paraná, com Requião, que enfrenta Osmar Dias, ainda indefinido sobre quem apoiar. São convergências de segundo turno. Necessárias, porque os adversários desses candidatos estão com Alckmin.

Tudo indica que haverá um maior alinhamento do eleitorado progressista com Lula, que também contará com o apoio de governadores eleitos em Estados onde sua votação precisa crescer mais, como AM, AC, BA, SE, PI, AP, TO, CE. Tem

A questão relevante é a comparação entre o Brasil que tínhamos em 2003 e como o deixamos em 2007

grandes chances, ainda, de aumentar sua vantagem em MG e diminuir a distância em SP. As urnas de 1º de outubro anunciaram bancadas e lideranças fortes nesses Estados que vão reforçar o apoio local a Lula.

Mas a verdadeira questão do segundo turno é a programática. Ou seja, a comparação entre o Brasil que tínhamos em 2003 e como o deixamos em 2007. Com todas as ressalvas e dificuldades, o Brasil é hoje um país mais justo (o menos desigual dos últimos 25 anos, segundo a FGV) e, sobretudo: um

Editoria: Opinião

país mais bem preparado para um novo ciclo de desenvolvimento. A inflação está controlada. Os juros, finalmente, desenham uma trajetória firme de queda. A TJLP é a menor da história econômica nacional. Zeramos a dívida externa. As reservas cambiais são cinco vezes superiores ao caixa disponível na era tucana. Criamos 5 milhões de empregos formais, contra 800 mil no último quatriênio de Fernando Henrique Cardoso.

Os investimentos em infra-estrutura e na indústria de base, anunciados para os proximos quatro anos, sinalizam que chegaremos a 25% de formação bruta de capital em relação ao PIB. Projeta-se, assim, uma taxa de crescimento superior a 4%, o que favorece a arrecadação da Previdência e o maior equilíbrio fiscal, sem ônus das prioridades sociais.

Os investimentos públicos em educação, habitação, transporte coletivo e saneamento básico são um compromisso do PT para enfrentar os problemas graves das grandes cidades. O que aconteceu no Estado de São Paulo é o desfecho trágico da omissão tucana nessa área. Seu choque de competência e gestão produziu, em 12 anos, uma organização criminosa, o PCC,

que passou a comandar os presídios e, a partir deles, desfechar ordens de ataque coletivo contra a sociedade.

Alckmin faz em São Paulo o mesmo que o tucanato fez no Brasil: queima ativos públicos para cobrir passivos fiscais disfarcados.

Leiam o que tem dito o atual governador Cláudio Lembo. As contas paulistas não fecham este ano, exceto com a venda da Ceteep e a queima das ações da Nossa Caixa – numa operação arquitetada por bancos para transferir a eles mesmos parte do controle da instituição responsável pelo investimento público no Estado, e que teria sido suspensa, ao menos por enquanto, pelo impacto negativo que traria ao candidato Geraldo Alckmin.

No governo federal, o PT fez o oposto: o BNDES retomou seu papel como alavanca pública do desenvolvimento brasileiro. Há diferenças substantivas por trás da cortina de opacidade e falso moralismo com a qual a mídia conservadora quer encobrir os projetos em confronto nesse pleito. Por isso, o segundo turno será bom para o presidente Lula: permitirá esclarecer ao povo quem está com quem nesta disputa política de 2006.